

# PROBLEMAS ONTOLÓGICOS A RESPEITO DA FICÇÃO: UM ENSAIO SOBRE A ABORDAGEM ONTOLÓGICA DOS SERES FICCIONAIS EM AMIE THOMASSON

ONTOLOGICAL PROBLEMS CONCERNING FICTION:  
RESEARCH ABOUT THE ONTOLOGICAL APPROACH OF FICTIONAL BEINGS ON  
AMIE THOMASSON

Debora Pazetto Ferreira \*

---

**RESUMO:** Thomasson trata de objetos ficcionais e de seu suporte ontológico, as obras literárias, como uma semente para investigar os dualismos metafísicos e propor um sistema multidimensional de categorias ontológicas. A pesquisa sobre a ficção leva a pensadora a constituir um sistema categorial que possa prover uma base de discussão mais sólida para os objetos que sempre foram relegados ao segundo plano nas discussões da tradição metafísica, como os seres fictícios, as obras de arte e os objetos culturais. Assim, a exposição das contribuições da autora começará com o esclarecimento de seu sistema categorial, para em seguida mostrar como ela pensa o problema da ficção nesse contexto.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ontologia. Análise categorial. Objetos ficcionais.

**ABSTRACT:** Thomasson writes about fictional objects and their ontological support, the literary works of art, as a seed to investigate the metaphysical dualisms and to propose a multidimensional system of ontological categories. The research about fiction leads the author to the constitution of a system of categories that may be able to provide a better ground for discussion about the objects that have usually been relegated to a second plan in metaphysical tradition, like fictional beings, works of art and cultural objects. Therefore, the account of the contributions of the author will begin with the clarification of her ontological system and, subsequently, with the report of how she thinks the problems concerning fiction in this context.

**KEYWORDS:** Ontology. Analysis of categories. Fictional objects.

---

## Introdução

A pesquisa de Amie Thomasson, professora de filosofia na Universidade de Miami, direciona-se a problemas cardinais em filosofia da linguagem, estética e metafísica, como os debates sobre analiticidade, condições de identidade dos objetos em geral, parcimônia

---

\* Mestranda em Filosofia - UFSC Contato: deborapazetto@gmail.com

ontológica, sistemas de categorias, entre outros. O enfoque deste artigo é o estatuto ontológico dos objetos ficcionais no contexto de uma abordagem categorial. Em *Fiction and Metaphysics*, Thomasson apresenta um sistema analítico como pano de fundo para qualquer investigação em ontologias regionais. Os objetos ficcionais e seu suporte ontológico, as obras literárias, são tratados como uma semente para investigar os dualismos metafísicos e propor um sistema ontológico categorial multidimensional. Ou seja, a pesquisa sobre a ficção leva a pensadora a constituir um sistema categorial que possa prover uma base de discussão mais sólida para objetos que sempre foram relegados ao segundo plano nas discussões da tradição metafísica, como os seres fictícios, as obras de arte e os objetos culturais.

Thomasson mantém-se constantemente em discussão com filósofos modernos e contemporâneos, desde Frege, Quine e Husserl a Smith, Wolterstorff, Chisholm, entre outros. Desse modo, ela está familiarizada com as discussões acerca da retomada da ontologia e da descrença bastante generalizada acerca da postulação de sistemas de categorias. Por esse motivo inicia sua argumentação contra as desconfianças céticas a respeito de ontologias categoriais. Thomasson explica que há dois modos de fazer ontologia exercidos atualmente: um deles é a ontologia categorial, que ela admite estar veementemente desacreditada; ao outro ela chama de “piecemeal ontology”, ou seja, ontologias parciais, regionais. As ontologias categoriais são feitas desde Aristóteles, passando por sistemas consagrados, como os de Porfírio, Kant e Husserl, e consistem no estabelecimento de alguns conceitos básicos que funcionam como categorias ontológicas que visam determinar que tipo de coisas pode haver no mundo. Nesse nível ontológico, os filósofos preocupam-se em buscar os tipos ou categorias dentre os quais as coisas podem ser afirmadas existindo, sem se preocupar ainda com quais coisas ocupam efetivamente esses conceitos: “the first task is to lay out categories in which things might be claimed to exist, without commitment to whether or not such categories are occupied”<sup>1</sup>. Ou seja, trata-se de postular quais categorias se pode utilizar para pensar tudo aquilo que pode ser afirmado como existente ou possível, sem assumir de antemão comprometer os ontológicos a respeito da existência de quaisquer tipos de entidades. O outro tipo de abordagem, alcunhada de ontologia *piecemeal* por Thomasson, consiste em iniciar as investigações filosóficas não a partir de um solo global, mas a partir da discussão da existência de certos tipos de entidades. Por isso chama-se *piecemeal*, i.e., algo

<sup>1</sup> THOMASSON, A. *Fiction and Metaphysics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 115.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 91-110
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------

que se faz por pedaços: toma-se algum tipo de entidade, como os universais, os números, os ideais ou os objetos ficcionais, por exemplo, e elabora-se uma série de raciocínios para se demonstrar a existência ou inexistência da entidade em questão, sem pensá-la no contexto mais amplo de um solo de discussão para todos os tipos pensáveis de entidades (que é o papel da ontologia categorial). A autora afirma que os pensadores contemporâneos costumam focar mais nesse tipo de abordagem, com algumas exceções significativas, como Chisholm, que elabora uma árvore de tipos em *On Metaphysics*, ou Hoffman e Rosenkrantz, que tecem considerações sobre categorias em *Substance among other Categories*, bem como Johansson em *Ontological Investigations* e Grossmann em *The Categorical Structure of the World*.

Pelo que já foi elucidado até aqui, pode-se facilmente concluir que Thomasson opta pela defesa de uma ontologia categorial, com a justificativa de que, quando se exerce exclusivamente ontologias parciais ou regionais, corre-se o risco de ser arbitrário e inconsistente, pois não se possui um solo mais amplo para analisar as implicações ontológicas das admissões ou exclusões de cada tipo de entidade. Assim, ontólogos regionais acabam por admitir a existência de certas entidades e negar a existência de outras, sendo que, ao se exercer uma análise mais aprofundada da estrutura ontológica das mesmas, revela-se que ambas pertencem ao mesmo tipo ou à mesma categoria. Assim, seria inconsistente negar a existência de uma e afirmar a existência de outra, mas isso é algo que não se pode perceber a não ser quando se estabelece uma base de análise prévia, que é justamente a ontologia categorial. Assim, Thomasson não critica as ontologias parciais, apenas alerta para o fato de que elas têm que fundar-se em um nível ontológico mais sistemático e formal, para não se cair em inconsistências ontológicas, arbitrariedades e casos de falsa parcimônia. A autora costuma conduzir a discussão em termos de admissão da existência ou não, ou da dispensabilidade ou não, de certo tipo de entidade, o que pode facilmente levar a uma queda em questões factual-empíricas, que poderiam ser resolvidas no âmbito científico e não no filosófico. Mas pode-se manter a sua argumentação central também em termos de possibilidade/impossibilidade, sentido/não-sentido, compatibilidade ou não com o quadro conceitual aceito, etc., o que explicita a implicação filosófica de cada afirmação das ontologias regionais com uma suposta teoria de fundo, onde estariam especificados as categorias ou tipos compatíveis, necessários e suficientes para dar conta da experiência. Essa teoria de fundo é a base analítica ou ontologia

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 91-110
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------

categorial que a autora pretende formular para, subseqüentemente, possibilitar decisões ontológicas coerentes.

### O Método Ontológico de Thomasson

É nessa perspectiva que a pensadora busca compreender e minimizar a argumentação cética contra os sistemas de categorias ontológicas. Thomasson explica que as suspeitas céticas quanto a essa tese ancoram-se em duas fontes. Os sistemas categoriais pretendem ser exaustivos, isto é, qualquer entidade pensável deve encaixar-se em alguma das categorias selecionadas, não ficando nenhuma “de fora”, e mutuamente excludentes, isto é, cada entidade deve pertencer a apenas uma das categorias, não podendo ser encaixada em duas delas ou mais. Os céticos quanto ao mote categorial afirmam que não há garantias de que a lista de categorias postuladas cumpra essas duas funções. A segunda fonte dos argumentos céticos edifica-se em um olhar retrospectivo, pois é a compreensão historicista de que, desde Aristóteles, diversos sistemas categoriais foram elaborados, todos diferentes uns dos outros, alguns mesmo contraditórios entre si, e todos se pretendendo verdadeiros ou melhores do que os anteriores. Diante dessa variedade, como julgar qual sistema é o correto? Com efeito, através desse ponto de vista, é mais prudente pensar que a seleção de categorias ontológicas tem mais a ver com as crenças de cada pensador ou com os conceitos de uma época do que com a realidade. Thomasson não tira a razão desses argumentos, ao contrário, toma-lhes como a pedra angular para a defesa, não da renúncia de sistemas categoriais, mas de uma ontologia categorial que possa escapar a essas suspeitas.

De acordo com a autora, os argumentos céticos valem para refutar ontologias unidimensionais, que operam através do formato de listas paralelas, que simplesmente enumeram algumas categorias sem uma base segura para justificar porque são estas as categorias e não outras, como a tábua aristotélica e a kantiana, ou através do formato de árvores, que usam a lógica do gênero e da espécie, como a de Porfírio. O sistema proposto por Thomasson foge a estes modelos, porque adota o desígnio de ser meta-categorial ou, nas palavras da autora, existencial e multidimensional.

Often the abstraction from a diversity of objects to a system of categories is explicitly or tacitly based on the syntactic categories of the words referring to those entities; this seems to lie behind common divisions into formal categories such as object, property and state of affairs (corresponding to

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 91-110
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------

nominative, predicative and propositional expressions). I draw out instead a system of categories based on the existence conditions of the things themselves. It might thus be labeled an “existential” rather than a “formal” categorization, and remains orthogonal to such formal categorizations<sup>2</sup>.

Ou seja, Thomasson classifica seu sistema como existencial porque se edifica nas condições de existência das próprias coisas e não nas categorias sintáticas da linguagem. Outro aspecto crucial para a compreensão de sua proposta analítica é o conceito de “multidimensional”. O seu sistema não pode ser pensado como estando ao lado, no mesmo nível de outros sistemas categoriais, pois o que a autora oferece é uma base que permite a análise de diferentes ontologias. Por isso pode-se pensá-lo como meta-ontológico: é uma base unificada na qual as diversas categorias e ontologias podem ser alocadas e melhor examinadas ou comparadas: “unlike traditional parallel or tree-type systems, this system of categorization is multidimensional, enabling various mutually orthogonal systems of categories to be incorporated”<sup>3</sup>. Ele é analítico porque não assume a existência de nenhuma entidade e não se compromete com a assunção de alguma categoria específica. Funciona antes como uma metodologia ontológica. O método consiste em fornecer uma base mais primitiva, que permite analisar as diversas implicações ontológicas entre as categorias e a admissão ou exclusão da existência de quaisquer entidades.

Essa base analítica mais primitiva é construída com a adoção do conceito de dependência ontológica como diretriz e dos conceitos de “real” e “mental” como os dois eixos básicos nos quais se funda toda dependência ontológica ulterior. Assim, “dependência ontológica”, “objetos reais” (entendidos como objetos com localização espaço-temporal) e “estados mentais” são os três conceitos basilares de seu sistema meta-categorial. A “existencialidade” de sua ontologia, isto é, pensar as coisas em si mesmas a partir das suas condições de existência e não através de um paradigma lingüístico, incide no conceito de dependência ontológica, pois são as relações de dependência de cada entidade a estados mentais ou a objetos reais que revelam suas condições de existência e de identidade. Um ponto que parece passível de objeção é a escolha dos eixos “mental” e “real” como bases analíticas para categorização, pois eles mesmos são categorias tradicionais e, ademais, postos em discussão por diversas teorias. Uma teoria idealista ou uma teoria materialista

<sup>2</sup> THOMASSON, A. L. *Fiction and Metaphysics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 120.

<sup>3</sup> THOMASSON, A. L. *Fiction and Metaphysics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p.120.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 91-110
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------

eliminativista negaria a existência de entidades puramente materiais ou puramente ideais, respectivamente. Logo, não é tão evidente que elas possam servir como bases últimas de um sistema meta-categorial. Todavia, essa objeção advém de uma má compreensão da natureza categorial do sistema, “for these categories are to be drawn out in a prepartisan way, before making decisions about what should and should not be admitted”<sup>4</sup>. Ou seja, Thomasson não se compromete, ao selecionar esses dois pilares de dependências ontológicas, com a admissão da existência de entidades materiais ou ideais; ela apenas afirma que, para qualquer entidade possível, suas condições de existência (caso exista) estarão alicerçadas em estados mentais ou em objetos reais. Ademais, ela não postula que esses dois eixos sejam uma solução definitiva em ontologia, apenas afirma que, a princípio, são suficientes para dar conta das condições de existência de todas as entidades de um modo mais compreensivo e exaustivo que os sistemas anteriores. É nesse sentido que a pensadora afirma que “for present purposes I limit myself to drawing out a category system based on two separate axes, although in principle the scheme could be extended”<sup>5</sup>. Ou seja, a possibilidade de que outro eixo de fundamento de dependências poderia ser incluído no sistema mantém-se aberta, mas, para tal, seria necessário demonstrar sua relevância enquanto base de relações de dependência e porque ele não pode ser reduzido aos dois eixos já apresentados.

Ainda assim, não é uma posição de fácil aceitação a escolha dos conceitos de mental e real como bases para a ontologia, pois grande parte da filosofia desenvolvida nos últimos anos, entre os quais se destacam o pragmatismo e a filosofia da linguagem, consiste na adoção de uma postura anti-psicologista e na negação do mentalismo. Nesse caminho, a linguagem vem sendo adotada como o conceito fundamental em detrimento dos tradicionais “estados mentais”. A linguagem oferece vantagens, pois explica as dimensões de sentido que extrapolam as ocorrências espaço-temporais, sem, contudo, comprometer-se com conceitos subjetivistas, uma vez que é pública e histórica. Assim, a escolha dos eixos “mental” e “real” por parte de Thomasson parece arbitrária e requer melhor argumentação. A autora está afirmando os conceitos de estados mentais e de coisas reais como fundos ontológicos nos quais tudo o mais se fundamenta ou estaria apenas estipulando esses conceitos como base formal (assim como os geômetras escolhem os seus axiomas e retiram as conseqüências)? No primeiro caso, o conceito formal é o de dependência, e os conceitos de real e mental indicam

<sup>4</sup> THOMASSON, A. L. *Fiction and Metaphysics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 122.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 91-110
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------

os tipos de entidades que podem entrar em relação de dependência. Logo, já se está fazendo decisões ontológicas, pois se está delimitando o campo da existência às entidades mentais ou físicas ou as que são uma mistura das duas. Nesse caso, por mais que Thomasson afirme fazer uma ontologia multidimensional, que permite a coexistência de quaisquer ontologias, já que ela não pré-determina a existência de nada, não se pode negar que sua teoria está longe de ser neutra ontologicamente. Pois mesmo que se possa usar seu sistema mental-real de modo a negar a existência de todos os entes mentais ou de todos os entes reais, o fato de haver apenas esses dois eixos como opções para toda fundamentação de dependência ontológica já pré-determina de algum modo as decisões ontológicas que serão tomadas a partir daí. No entanto, Thomasson dá indicações de saídas para esse problema, pois os dois eixos em questão podem ser pensados como meramente formais, isto é, como posições que podem ser ocupadas por diversos conceitos. Assim, pode-se manter o esquema de Thomasson, sustentando que os eixos mental e real equivalem a  $x$  e  $y$ , ou seja, que poderiam ser ocupados por outros conceitos, uma vez que seu esquema é metodológico e não implica em nenhum compromisso ontológico.

Com efeito, essa solução é plausível, uma vez que a própria pensadora afirma que o esquema está aberto para se inserir novos conceitos, apenas advertindo que os conceitos sugeridos de mental e real são mais eficientes tendo em vista sua relevância histórica e sua eficiência para lidar com o discurso do senso-comum <sup>6</sup>. Assim, pode-se sustentar que o esquema de Thomasson oferece espaço para dois ou mais eixos de base para dependências ontológicas, bem como para os seis tipos de dependência ontológica que serão examinados a seguir. Esse espaço é formal e pode ser preenchido por diversos conceitos. A autora, no entanto, realiza por si mesma esse preenchimento, optando por dois eixos, o real e o mental, admitindo, todavia, que poderiam ser outros ou que poderiam ser incluídos mais de dois eixos. Sua escolha, apesar de ser uma decisão ontológica, não é totalmente arbitrária, pois ela oferece bons argumentos em seu favor. Segundo Thomasson, essa dupla raiz fundadora captura o ponto crucial das distinções ontológicas mais tradicionais, como entre o abstrato e o concreto, o mental e o material, o ideal e o real, além de solucionar conhecidas controvérsias acerca do estatuto ontológico de certas entidades, como as matemáticas, os objetos ficcionais, os objetos sociais, os universais, entre outros. Em suas palavras,

<sup>5</sup> THOMASSON, A. L. *Fiction and Metaphysics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 120.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 91-110
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------



The scheme could be extended to more dimensions to accommodate other concerns, but the centrality of these issues as poles of debate makes dependencies on the mental and the real as obvious place to begin in drawing out a multidimensional system of categories<sup>7</sup>.

Ou seja, o esquema metodológico proposto oferece, em princípio, lugar para dois ou mais eixos que funcionam como bases ontológicas, sendo que esses eixos são formais, são x e y e z ou mais. No entanto, a própria autora dá um passo a mais e preenche essas variáveis, escolhendo dois eixos e propondo os conceitos de estados mentais e objetos reais para dar conta da experiência mundana, do discurso comum, bem como da tradição filosófica em geral. Esses dois eixos são propostos como soluções de preenchimento ontológico para seu método analítico, mas isso não é feito de qualquer modo, isto é, arbitrariamente ou dogmaticamente, mas em virtude da capacidade explicativa desses dois conceitos para dar conta dos principais dualismos e problemas da metafísica, como ela explica na citação acima. Essa é uma solução bastante plausível às objeções feitas à autora de imparcialidade e ingenuidade na escolha do duplo eixo metal-real como diferença basilar em ontologia.

Destarte, uma vez discutidos os eixos de base ontológica sugeridos por Thomasson, explicita-se a necessidade de elaboração de uma teoria das relações de dependência e dos diversos modos nos quais esta pode se apresentar. Trabalhando a partir da investigação filosófica de Husserl a respeito dos conceitos de fundação e dependência ontológica, Thomasson adverte que

We need a theory of dependence at once general enough to cover all of the cases, revealing what they have in common, and fine-grained enough to respect important differences in types of dependence. (...) Next, it is important to isolate the phenomenon of dependence in order to avoid confusion that results by intermixing it with other issues. (...) A third goal of this study is to generalize the account to include dependencies among states of affairs, characteristics of an object and properties. Work on dependence is often limited to discussing dependence relations among objects<sup>8</sup>.

Mantendo em vista estes objetivos, Thomasson elabora uma ampla e detalhada teoria de relações de dependência, que se funda em duas distinções básicas: a distinção entre duas

<sup>6</sup> THOMASSON, A. L. *Fiction and Metaphysics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 121.

<sup>7</sup> THOMASSON, A. L. *Fiction and Metaphysics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 121.

<sup>8</sup> THOMASSON, A. L. *Fiction and Metaphysics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 24, 25, 26.

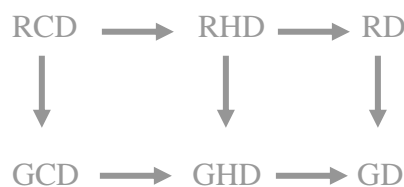
<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 91-110
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------



formas de dependência, a genérica e a rígida, e a distinção baseada no tempo em que uma entidade requer outra para existir, que leva aos conceitos de dependência, dependência histórica e dependência constante. Assim, partindo de uma definição formal de dependência, “necessariamente, se A existe, B existe”, ela traça a diferença entre *dependência rígida*, que consiste na dependência a um indivíduo específico, de um particular, e a *genérica*, isto é, a dependência a um *tipo* de indivíduo, qualquer que seja ele.

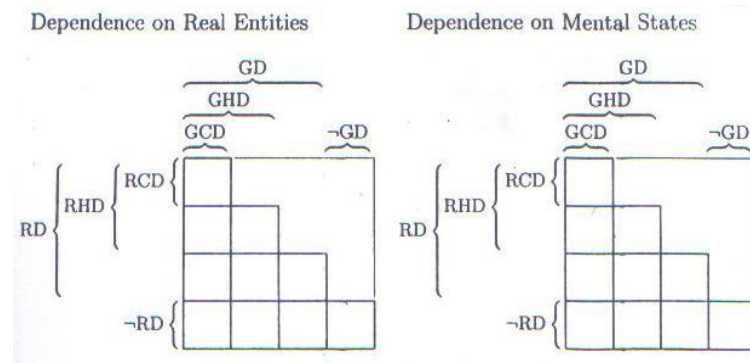
Quanto ao tempo, Thomasson mostra que há um tipo de *dependência em geral*: “se A existe em algum tempo, B existe em algum tempo”, ou seja, A depende de B sem nenhuma determinação temporal; B pode ter existido antes, depois ou durante A. Além desta, há a *dependência constante*: “necessariamente, quando A existe, B existe”. É a forma mais forte de dependência, pois requer a presença constante daquilo de que depende; A depende da existência de B em todos os momentos de sua existência. A terceira forma dependência quanto ao tempo é a *dependência histórica*: “se A existe, B existe em algum tempo anterior ou simultâneo a A”. Ou seja, A depende de B para começar a existir, mas pode continuar existindo mesmo que B cesse de existir.

Desse modo, com base nos tipos de dependência enumerados, e advertindo que eles podem ocorrer tanto entre objetos, como entre propriedades ou estados de coisas e em diferentes combinações, Thomasson cria uma tabela de relações entre os tipos de dependência. A dependência rígida implica a dependência genérica, pois se A depende de um indivíduo específico, depende de um indivíduo qualquer: se x depende de seu cérebro, depende de algum cérebro. O caminho inverso não vale. Além disso, a dependência constante implica a dependência histórica, pois se A depende de B em todos os momentos de sua existência, depende também em sua origem, e ambas implicam a dependência em geral. Evidentemente, o caminho inverso também não vale nesses casos. As relações de implicação entre os diferentes tipos de dependência podem ser organizados na seguinte tabela:



<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 91-110
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------

A partir dessas definições, a dinâmica que a autora segue é rastrear como as relações de dependência se combinam dentro dos eixos mental e real, discutidos anteriormente. Com isso, ela chega a um elegante esquema:



Os dois quadros acima se baseiam nas relações de dependência que cada ente pode manter com objetos reais e estados mentais. Cada quadro é elaborado com base nas implicações de dependência ontológica mostrados na tabela anterior. As colunas mostram a dependência genérica e as linhas mostram a dependência rígida. Respeitando as implicações dos tipos de dependência entre si, que são assimétricas, há seis espaços vazios em cada quadrante, pois não existe uma entidade que seja rigidamente constantemente dependente, mas apenas genericamente historicamente dependente e assim por diante. Assim, cada ente tem dez possibilidades de alocação no quadro da fundação em objetos reais e mais dez possibilidades de dependência de alocação no quadro da fundação em estados mentais, o que resulta em cem possibilidades de alocação categorial (pois os dois quadros não devem ser pensados separadamente, mas como dois momentos da dependência de cada ente). Logo, existem cem possibilidades de categorias ontológicas que são exaustivas e mutuamente excludentes com base na dependência ontológica a estados mentais ou objetos reais. Isso não significa que é necessário dar nome a essas cem categorias. Mesmo porque, dependendo da ontologia que será elaborada a partir dessa base analítica, muitos desses espaços serão considerados como não preenchidos, como conjuntos vazios.

O esquema de Thomasson é uma base analítica unificada que permite a elaboração de ontologias consistentes, mas não se compromete de antemão com quais das cem possibilidades de dependência devem de fato ser transformadas em categorias ontológicas e muito menos com quais entidades devem ocupar cada uma dessas categorias. Ontologias

diferentes e até mesmo rivais podem ser encaixadas nos quadrantes acima. Uma ontologia solipsista, por exemplo, deixaria vazio o espaço nos quais se cruzam a última linha e a última coluna do quadro de dependência em estados mentais, pois este seria o espaço ocupado por objetos puramente materiais, que não dependem de nenhum modo a estados mentais. Uma ontologia materialista, por outro lado, deixaria esse mesmo espaço vazio, mas no quadro de dependência em objetos reais, pois este seria o espaço ocupado por objetos puramente ideais. Por isso o sistema acima é meta-ontológico: ele não determina nada acerca da realidade e da existência ou inexistência das entidades, e, além disso, ele não prejudica quais ontologias ou quais categorias ontológicas podem ser estabelecidas. Ele apenas oferece um alicerce seguro para elaboração de categorias e ontologias regionais, que não serão arbitrarias e inconsistentes, na medida em que o sistema explicita todas as cadeias de implicações ontológicas entre as diferentes possibilidades de categorização. As eventuais discordâncias filosóficas serão quanto ao modo de preencher os espaços dos quadrantes, sobre como denominá-los, sobre quais deles devem ser transformados em categorias ontológicas, etc. Mas estas discordâncias não incidem no próprio sistema. Thomasson afirma que sua proposta ontológica é multidimensional porque permite alocar ontologias ortogonais e escapa, portanto, aos argumentos céticos contra as ontologias categoriais.

Ademais, o sistema preserva a variedade de entidades que podem ser afirmadas no mundo e sem cair em uma ontologia que simplesmente enumera uma infinidade de conceitos, um carnaval de categorias sem a menor preocupação com as cadeias de implicação ontológica e com a justificção da relevância de cada categoria. Seu sistema é variado e diversificado o suficiente para dar conta da variedade de fenômenos possíveis, mas ainda assim é simples, pois pode ser resumido em apenas três conceitos básicos, sendo o resto apenas desenvolvido por relações lógicas de implicação. A melhor analogia para se compreender a dinâmica da autora é a tabela periódica, que mostra as categorias de possibilidade de elementos reais, e pode ser reduzida a três entidades que se combinam para formar essas categorias, i.e., prótons, nêutrons e elétrons.

### **Aplicação da Metodologia**

O aspecto mais interessante da teoria de Thomasson é que ela oferece um método seguro para lidar com as categorias não familiares da metafísica tradicional. Pois esta costuma

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 91-110
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------

operar através de dualismos, como concreto e abstrato, real e ideal, particular e universal, entre outros, sendo que, com isso, acaba negligenciando as entidades que não se encaixam bem em nenhum dos dois pólos. Assim, os fenômenos intermediários costumam ser excluídos da existência ou reinterpretados de modo a serem forçados a se encaixar em um dos extremos. O esquema de Thomasson oferece espaço para as categorias intermediárias, nas quais se encaixam os objetos culturais e sociais, bem como os objetos ficcionais e as obras de arte, pois ele oferece cidadania às entidades que ficam entre o material e o mental.

Para mostrar como funciona a aplicação da metodologia de Thomasson, pode-se analisar uma cadeira qualquer como exemplo: se pensada como esta cadeira particular, ela possui dependência rígida constante em objetos reais, pois depende de si mesma enquanto objeto real para existir, já que *é esta* cadeira. Se pensada como *uma* cadeira, alguma cadeira qualquer, ela tem dependência constante genérica em objetos reais, pois não há cadeiras a não ser que haja exemplares reais de cadeiras, mas não precisa ser um exemplar em particular. Quanto aos estados mentais, a cadeira tem dependência histórica genérica, pois precisa ter sido criada em algum momento, mas não por alguma pessoa em particular e pode continuar existindo mesmo cessados os estados mentais que a criaram. Com efeito, não há uma questão de direitos autorais quanto à origem de cadeiras, por isso sua dependência a estados mentais é genérica. A menos que seja pensada como uma obra de design ou de arte. Há modelos de cadeiras que são assinados por arquitetos e que são consideradas obras daquele arquiteto, designer ou artista em particular. Nesse sentido, uma cadeira *Le Corbusier* tem dependência histórica rígida em estados mentais, pois não depende de uma criação mental qualquer, mas dos estados mentais específicos de Le Corbusier que possibilitaram a criação desse modelo de cadeira. Rastreando essas cadeias de dependência, pode-se alocar a cadeira pensada como *esta* cadeira comum e anônima na primeira linha do quadro de dependência a objetos reais e na última linha da segunda coluna no quadro de dependência a estados mentais. A cadeira pensada como uma cadeira *qualquer* comum e anônima ocupa o mesmo espaço no quadro de dependência a objetos mentais, mas ocupa a última linha da primeira coluna no quadro de dependência a objetos reais. A cadeira pensada como um modelo assinado por algum designer ocupa a segunda linha da primeira coluna em ambos os quadrantes. Assim, nota-se que um mesmo objeto “cadeira” pode ser pensado de diferentes modos e, dependendo do modo como é interpretado, funda-se de formas diferentes a estados mentais e objetos reais e, portanto,

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 91-110
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------

ocupa uma categoria ontológica diferente. Nas três abordagens do fenômeno cadeira, ela se encontra em três categorias ontológicas distintas, mas todas intermediárias. Isto é, ela não é um objeto puramente real, como uma pedra ou uma estrela, que não depende de nenhum modo a estados mentais para existir. Tampouco é um objeto puramente mental, como o Bem platônico, que não depende de nenhum objeto real ou físico para existir. Como se pode notar de início, a maioria dos fenômenos com os quais se lida cotidianamente ocupa categorias intermediárias entre o puramente real e o puramente ideal. Os objetos ficcionais são apenas um caso mais interessante de categorização intermediária, devido principalmente ao valor histórico da discussão metafísica acerca dos mesmos.

### **Objetos ficcionais**

Thomasson afirma que a história da metafísica trata pouco dos objetos ficcionais porque eles possuem um caráter ambíguo que poderia prontamente levar a contradições. Por isso grande parte da tradição que chega a lidar com entes ficcionais simplesmente rejeita sua existência, enquanto outra parte a aceita, mas através da criação de campos ontológicos especiais para acomodar suas tendências curiosas, sem que estas levem a contradições ontológicas<sup>9</sup>. Thomasson pensa que o caminho mais apropriado é abdicar dessa escolha entre aceitar e não aceitar entidades ficcionais como se elas fossem algo muito especial ou diferente das demais experiências cotidianas, e simplesmente reconhecer suas semelhanças com outras entidades muito comuns e que nunca foram questão de decisão ontológica. O ponto mais interessante da teoria de Thomasson está precisamente nesse aspecto de naturalidade com que ela pretende abordar os entes fictícios, alocando-os junto com entidades que nunca padeceram de preconceito filosófico – como as leis, os livros, governos, teorias científicas, igrejas, entre outras –, mas cujo estatuto ontológico-categorial sempre ficou por esclarecer. Os caracteres ficcionais são entidades culturais, abstratas e são artefatos, assim como escolas e igrejas, e apresentam dificuldades semelhantes como: quais suas condições de identidade? Qual sua relação com sua base física? Qual sua inserção prática? Qual sua relação com a intencionalidade da consciência daqueles que os criaram e da comunidade da qual fazem parte? O mote crucial é que os entes fictícios combinam características das entidades abstratas e dos artefatos criados, o que leva à ruptura com os dualismos tradicionais entre real e ideal,

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 91-110
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------

material e mental, que sempre colocam o abstrato ao lado do ideal e os artefatos, as coisas singulares e criadas, ao lado do real, do material. Como será explicitado a seguir, Thomasson cria uma nova categoria que rompe com esse dualismo, localizando-se na zona intermediária entre o real e o mental, a qual ela nomeia de *artefatos abstratos*. Por isso a ficção justifica-se como um problema nuclear, pois conduz à manifestação dos problemas dos sistemas metafísicos como um todo.

In short, on this view fictional characters are a particular kind of cultural artifact. Like other cultural objects, fictional characters depend on human intentionality for their existence. Like other artifacts, they must be created in order to exist, and they can cease to exist, becoming past objects. It is primarily in its treatment of fictional characters as ordinary cultural artifacts rather than as the odd habitants of a different realm that the artifactual theory differs most markedly from other ways of characterizing fictional objects. It is also their place as cultural artifacts that makes fictional objects of broader philosophical interest, for the ontology of fiction can thus serve as a model for the ontology of other social and cultural objects in the everyday world<sup>10</sup>.

As discussões sobre ficção normalmente começam com o dilema sobre ser melhor postular ou não postular a existência de entidades fictícias, com os defensores mostrando o que não se pode fazer sem elas, e os opositores mostrando como se pode contorná-las mudando o modo de se referir às mesmas linguisticamente. Thomasson considera as duas posturas insatisfatórias, pois é simplesmente arbitrário decidir postular ou não uma entidade sem antes buscar seriamente uma noção clara do que ela é, para só então balancear quais são suas vantagens e desvantagens para a ontologia. Com isso, ela adota o método de adiar a decisão ontológica de se há ou não entidades fictícias, e começar com uma questão mais fácil: se houvesse objetos fictícios, o que eles seriam? Como resposta, a autora desenvolve a “teoria artefactual da ficção” (*Artifactual Theory of Fiction*), que revela as ficções como artefatos, i.e., como dependentes de vários entes reais e mentais, e em vários sentidos, de acordo com o sistema analítico exposto anteriormente. A decisão posterior acerca de sua postulação dentro de uma ontologia não deveria constituir-se de modo arbitrário e artificial, pensando em como se pode evitar a ficção através de uma mudança radical na linguagem e na experiência. A ontologia deve ser escolhida mostrando-se qual teoria é melhor para compreender a

<sup>9</sup> Thomasson menciona Quine, Kripke e Russell como exemplos do primeiro caso e Meinong e os seguidores de sua teoria como exemplos do segundo caso.

<sup>10</sup> THOMASSON, A. *Fiction and Metaphysics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 14

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 91-110
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------

experiência e a linguagem. Nesse momento mostra-se uma concepção capital de Thomasson, que é sua compreensão a respeito do papel da filosofia:

If we are to postulate fictional characters at all, it seems advisable to postulate them as entities that can satisfy or at least make sense of our most important beliefs and practices concerning them. Often theories of fiction are driven not by an independent sense of what is needed to understand talk and practice regarding fiction, but rather by a desire to show how a preconceived ontology of possible, nonexistent, or abstract objects – to demonstrate one more useful application of the ontology under discussion, or to provide catchy and familiar examples. Instead of starting from a ready-made ontology and seeing how we can fit fictional characters into it, I suggest that we begin by paying careful attention to our literary practices so that we can see what sorts of things would most closely correspond to them<sup>11</sup>.

Assim, se entidades ficcionais fossem postuladas, o que elas seriam? Seriam entidades que fazem sentido dentro das práticas e crenças comuns mais importantes em relação às mesmas. O compromisso que o filósofo deve adotar é não partir de uma ontologia pré-concebida dos entes abstratos, mas olhar para a prática e o discurso a respeito da ficção e buscar seu sentido através desse âmbito. A identidade dos seres fictícios deve ser buscada nas concepções comuns acerca dos mesmos e estas são explicitadas ontologicamente através do rastreamento das relações de dependência que elas mantêm com objetos reais e estados mentais, de acordo com a metodologia de Thomasson.

Como os objetos em questão são tratados na linguagem e na atividade cotidianas? Como entidades criadas, trazidas à existência em certo tempo, por certo autor. Ficção vem de  *fingere* , que é “formar”. Com efeito, assim os objetos ficcionais são tratados, pois não se lida com eles como entes que são descobertos ou selecionados de um conjunto de entes abstratos eternos ou não-existentes ou objetos possíveis, mas como sendo formados, inventados por seu autor. As dependências imediatas dos caracteres ficcionais remetem-se aos atos criativos de um autor (dependência histórica rígida) e à existência da obra literária (dependência constante genérica) na qual aparecem. A dependência histórica do ente ficcional aos atos mentais de um autor o assinala como um artefato, pois é algo criado em certo momento por algum humano. Trata-se de uma dependência rígida porque os caracteres só poderiam ter sido criados por seus autores particulares: Fausto não seria Fausto se não tivesse sido criado precisamente por Goethe. É histórica porque os personagens subsistem mesmo depois da morte de seus autores,

<sup>11</sup> THOMASSON, A. *Fiction and Metaphysics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 5.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 91-110
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------

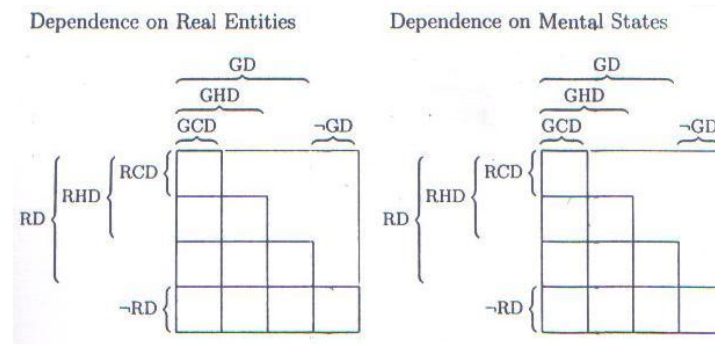


através do seu registro em livros ou arquivos. A dependência do ente ficcional à existência de alguma obra literária é constante, porque só existe na medida em que existe alguma obra na qual aparece, e é genérica, pois pode ser qualquer cópia e não uma em particular. As obras literárias, que são o suporte ontológico dos seres fictícios, também dependem de modo histórico e rígido dos atos criativos de um autor, bem como da existência de alguma cópia das mesmas e da existência de algum público capaz de compreendê-las (ambas constantes e genéricas), pois não se pode afirmar que uma obra literária escrita em uma língua morta, por exemplo, sem que exista alguma pessoa capaz de compreendê-la ainda existe enquanto obra literária. Assim, obras literárias e objetos ficcionais possuem as mesmas relações de dependência ontológica: dependem historicamente e rigidamente dos atos mentais de seu autor bem como de sua existência enquanto indivíduo físico particular, e dependem constantemente e genericamente tanto da existência de exemplares de obras literárias quanto da existência dos estados mentais de alguma comunidade lingüística capaz de compreendê-las. Assim, mesmo sendo os entes ficcionais dependentes de atos criativos e exemplares concretos de obras literárias e, portanto, serem artefatos, eles não possuem existência espaço-temporal localizável e, portanto, são abstratos. Isso coloca essas entidades fora das metafísicas dualistas, que aceitam artefatos como particulares espaço-temporais ou abstratos como imutáveis e fora do tempo ou eternos e independentes. Por esse motivo a ficção sempre foi cingida com cautela e receio pela metafísica tradicional, i.e., por ser um exemplo manifesto de fenômeno intermediário, cuja existência coloca em questão o próprio dualismo metafísico. O sistema meta-ontológico de Thomasson cria um espaço legitimado para esse tipo de fenômeno, de acordo com o qual ela sugere uma categoria ontológica que possa alocar os entes ficcionais com base nas relações de dependência descritas acima: a categoria dos artefatos abstratos. Essa categoria localiza-se nos quadros do sistema de Thomasson do seguinte modo:

x

x

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 91-110
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------



Portanto, considerando o fenômeno dos seres ficcionais, isto é, o modo como ele surge na experiência através das práticas e do discurso cotidianos, Thomasson chega à concepção de que eles são artefatos abstratos, isto é, são artefatos porque são criados, são temporais, são dependentes dos autores e da comunidade lingüística compreensiva, bem como da existência de cópias de obras literárias, e são abstratos porque não se identificam com as cópias nem com algum indivíduo físico, não têm localização temporal e dependem de estados mentais. A pensadora explicita as concepções já presentes no senso-comum a respeito dos seres ficcionais para poder localizá-los em seu sistema de dependências e com isso criar uma categoria que respeite suas características específicas. Com isso ela responde à questão colocada precedentemente sobre o que seriam entidades fictícias, caso devessem ser admitidas em uma ontologia.

De acordo com esta concepção, Thomasson defende que a admissão da ficção em uma ontologia não leva a contradições ontológicas e problemas metafísicos incontornáveis. Ela mostra que seres fictícios não apresentam problemas graves em relação à referencialidade <sup>12</sup>

<sup>12</sup> Thomasson oferece uma solução para o problema da referencialidade de seres ficcionais através de um alargamento da Teoria de Referência Direta, em discussão principalmente com Kripke, que usava essa teoria para afirmar a inexistência de entes fictícios devido a sua impossibilidade de ser referidos por um nome. Pois, de acordo com sua versão da teoria, nomes funcionam através de referência direta ao objeto que denominam, portanto, circunstâncias causais e históricas são essenciais. O modelo de Kripke defende que a referência de um nome se determina pelo batismo de um objeto e a proliferação do uso desse nome para designar esse objeto. O ponto é que os personagens fictícios não poderiam ser batizados em uma circunstância causal e histórica porque não têm localização espaço-temporal, não podem ser apontados. De acordo com Thomasson, a intuição fundamental da teoria de Kripke, de que a referência tem a ver com circunstâncias causais e históricas pode e deve ser mantida, mas o “batismo” pode ser alargado conceitualmente, isto é, pode ser concebido de modo diferente para objetos abstratos. O batismo de um personagem é feito ao se nomear a descrição de um personagem, por exemplo, e o texto concreto e espaço-temporal fornece um vínculo público que possibilita a referencialidade nesse sentido (algo para se apontar). Ou seja, deve-se admitir que, apesar de essenciais, essas correntes causais e históricas não são as únicas coisas envolvidas na nomeação: a dependência também deve ser incluída, o que permite a nomeação de entes não espaço-temporais, como ficções, leis, teorias, entes matemáticos, etc. Ou seja, a referência viaja não apenas através de cadeias de causalidade entre o nome e a coisa, mas através de cadeias de dependência ontológica. É desse modo que Thomasson consegue preservar a

ou a condições de identidade <sup>13</sup>, o que já refuta os argumentos mais comuns contra sua admissão. O argumento basilar de Thomasson é que eliminar objetos ficcionais é um caso de falsa parcimônia, pois não se pode oferecer uma análise eficiente do discurso e da prática com obras de literatura e caracteres de ficção sem a admissão de objetos ficcionais. Eliminá-los leva simplesmente a contorcionismos teóricos, soluções *ad hoc* e reviravoltas ontológicas artificiosas e incongruentes, que não oferecem nenhuma vantagem filosófica relevante.

### Conclusão

Em última análise, a argumentação de Thomasson consiste em mostrar que objetos ficcionais não são entidades tão estranhas e controversas, mas têm características comuns com diversas entidades cotidianas que a ontologia sempre admitiu sem problemas. A implicância com os ficcionais mostra-se injustificada e só pode ser explicada por tradicionalismo ou preconceito. Isso mostra o perigo de se fazer ontologia “piecemeal”, aceitando ou rejeitando entidades individualmente, sem usar princípios genéricos para justificá-lo. Pois o resultado

---

teoria da referencialidade direta histórica, mas estendê-la de modo que possa incluir também referência a entes fictícios e outros tipos de entes abstratos que preservam vínculo de dependência ontológica com entes reais.

<sup>13</sup> A pensadora começa a esclarecer as condições de identidade dos objetos ficcionais através de uma refutação das teorias meinongianas, que afirmam que as condições de identidade da ficção assemelham-se às condições de identidade de outros seres abstratos, como conjuntos e tipos lógicos. Esse modelo defende que objetos ficcionais são idênticos apenas se possuem as mesmas propriedades. O problema mais grave dessa teoria está em reedições, traduções, continuações, etc., nas quais um personagem pode alterar algumas de suas propriedades. Esta teoria levaria à conclusão de que não se trata mais do mesmo personagem, o que vai contra a prática comum de identificar personagens. Isso se dá porque as condições de identidade da teoria meinongiana ignoram o vínculo histórico e a questão da origem histórica, que está presente na prática lingüística de identificar personagens ficcionais, porque que ele os pensa como entes abstratos independentes. Como alternativa, Thomasson busca as condições de identidade de um personagem ao longo de uma mesma obra, o que é mais simples, e ao longo de obras distintas, sejam elas uma seqüência de novelas acerca de um mesmo personagem feita pelo mesmo autor, como a série de Sherlock Holmes, ou histórias independentes, feitas por autores diferentes, mas que usam o mesmo personagem, como o Fausto de Goethe e de Thomas Mann, na qual os autores posteriores fazem uma releitura da obra do autor que criou o personagem. Deixando de lado as minúcias através das quais a autora constrói seus apontamentos, em discussão com Meinong, Wolterstorff, Reicher, entre outros, ela chega à seguinte solução, que admite ser necessária, porém não suficiente: um personagem x que aparece em uma obra L será o mesmo personagem que y que aparece na obra K se o autor da obra K é familiarizado com a obra L e o personagem x e quer escrever sobre esse mesmo personagem, fazendo-o aparecer novamente em outra obra. Nesse caso, x e y são o mesmo personagem, não importa se o autor é o mesmo ou não (o que importa é a intenção de retomar e identificar o personagem por parte do autor). Ela admite que essa solução não é suficiente porque nem sempre é claro quando um segundo autor está atribuindo novas características a um velho personagem em uma outra obra ou se está criando um personagem novo com, talvez, o mesmo nome. No entanto, essa solução permite identificar até certo ponto caracteres ficcionais e preserva a intuição usada na prática e no discurso a respeito deles de que a identificação tem a ver com sua origem histórica. Ademais, de acordo com a autora, essa dificuldade não se insere apenas na identificação de objetos ficcionais, mas também na identificação de pessoas reais que mudam, navios, fungos, pilhas de lixo, etc. Além disso, a própria prática lingüística incorpora esses casos de vagueza e ambigüidade com as palavras “releitura”, “inspiração”, “baseado em”, etc.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 91-110
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------

costuma ser aterrissar em ontologias falsamente parcimoniosas e inconsistentes, que admitem certas entidades e rejeitam outras do mesmo tipo, sem fundamentação.

Desse modo, de acordo com o sistema analítico, que mostra as cadeias de implicação ontológica, e de acordo com o modo como Thomasson compreende o papel da filosofia, que é produzir sentido com base na experiência, na prática e no discurso cotidianos, facilmente se é conduzido à aceitação da existência de entidades ficcionais. Aceitar que seres ficcionais existem não conduz a uma ontologia rabelaisiana sem critérios, sem justificativas e superpovoada. Ao contrário, conduz a uma ontologia regional consistente com a base analítica mínima sugerida pela autora e em consonância com a prática e o discurso comum a respeito do assunto. Assim, chega-se a uma primeira aproximação da solução ontológica proposta por Thomasson para abordar os problemas que envolvem a ficção: caracteres ficcionais existem enquanto tal, são admitidos na ontologia e adquirem um estatuto ontológico claro, que consiste no pertencimento à categoria dos artefatos abstratos, no contexto do quadro categorial pensado através da metodologia de rastreamento das dependências ontológicas em objetos reais e estados mentais. A existência de personagens fictícios é justificada, *enquanto* personagens fictícios, evidentemente, isto é, enquanto entidades culturais, lingüísticas, criadas, manifestadas em cópias de obras de literatura e não enquanto pessoas reais ou tipos humanos possíveis, ou criaturas existentes em algum reino ontológico distante.

## Referências

- COLLINGWOOD, R. G. *The Principles of Art*. New York: Oxford University Press, 1958.
- CURRIE, G. *An Ontology of Art*. New York: St. Martin's Press, 1989.
- HUSSERL, E. *Experience and Judgment*. Churchill, J. S.; Ameriks, K. London: Routledge, 1973.
- INGARDEN, R. *The Literary Work of Art*. Trad. George G. Grabowicz; Evanston. Illinois: Northwestern University Press, 1973.
- \_\_\_\_\_. *The Ontology of the Work of Art*. Trad. Raymond Meyer e Jon T. Goldthwait. Ohio: Ohio University Press, 1989.
- MARGOLIS, Joseph. *What, After All, Is a Work of Art?* University Park, Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 1999.
- SARTRE, Jean-Paul. *The Psychology of Imagination*. Trad. Bernard Frechtman. New York: Washington Square Press, 1966.
- SMITH, D. *Mind World: Essays in Phenomenology and Ontology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- THOMASSON, A. L. *Fiction and Metaphysics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 91-110
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------

\_\_\_\_\_. "The ontology of Art". *The Blackwell Guide to Aesthetics*, ed. Peter Kivy, Oxford: Blackwell, 2004, 78-92. <http://sites.google.com/site/amiethomasson>. Acesso: 15/09/2007.

\_\_\_\_\_. "Ontology of art and knowledge in aesthetics". *The Journal of Aesthetics and Art Criticism*, LXIII:III, 2005, 221-229. <http://consciousness.anu.edu.au/thomasson>. Acesso: 27/09/2007.

WOLLHEIM, Richard. *Art and its Objects*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

<i>Intuitio</i>	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.2 – Nº 3	Novembro 2009	pp. 91-110
-----------------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------